

Introdução à audiodescrição

*Douglas Pino
Clarissa Bengtson*

Introdução à audiodescrição



UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Reitora

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Vice-Reitora

Maria de Jesus Dutra dos Reis



EDESP-UFSCar

EDESP - Editora de Educação e Acessibilidade da UFSCar

Diretor

Nassim Chamel Elias

Editores executivos

Adriana Garcia Gonçalves

Clarissa Bengtson

Douglas Pino

Rosimeire Maria Orlando

Conselho editorial

Adriana Garcia Gonçalves (UFSCar)

Carolina Severino Lopes da Costa (UFSCar)

Clarissa Bengtson (UFSCar)

Christianne Thatiana Ramos de Souza (UFPA)

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)

Cristina Cinto Araújo Pedroso (USP)

Gerusa Ferreira Lourenço (UFSCar)

Jacyene Melo de Oliveira Araújo (UFRN)

Jáima Pinheiro de Oliveira (UFMG)

Juliane Ap. De Paula Perez Campos (UFSCar)

Marcia Duarte Galvani (UFSCar)

Maria Josep Jarque (Universidad de Barcelona)

Mariana Cristina Pedrino (UFSCar)

Nassim Chamel Elias (UFSCar) - Presidente

Otávio Santos Costa (UFMA)

Rosimeire Maria Orlando (UFSCar)

Valéria Peres Asnis (UFU)

Vanessa Cristina Paulino (UFSM)

Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)



Este livro possui audiodescrição de imagens.

Introdução à audiodescrição

Clarissa Bengtson
Douglas Pino



EDESP-UFSCar

São Carlos, 2023

© 2023, dos autores

Projeto gráfico e capa

Clarissa Bengtson

Bruno Prado Santos

Preparação e revisão de texto

Paula Sayuri Yanagiwara

Audiodescritor

Douglas Pino

Editoração eletrônica

Bruno Prado Santos

P657i

Pino, Douglas.

Introdução à audiodescrição / Douglas Pino, Clarissa Bengtson. -- Documento eletrônico. -- São Carlos : EDESP-UFSCar, 2023.
50 p.

ISBN – 978-65-89874-61-4

1. Audiodescrição. 2. Educação especial. 3. Inclusão. I. Título.

CDD – 371.9 (20ª)

CDU – 376

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar

SUMÁRIO

Introdução	7
1 Sobre a pessoa com deficiência visual	9
2 Audiodescrição (AD)	21
3 Diretrizes para a produção de AD	31
Considerações finais	45
Referências	47

Introdução

Pronunciar uma palavra é pôr em movimento a realidade que ela designa (PAZ, 2014, p. 196).

Este texto¹ apresenta três questões essenciais para se produzir audiodescrições de imagens estáticas e conteúdo audiovisual: 1) a pessoa, 2) o gênero textual e 3) as diretrizes. Nesse sentido, na Unidade 1, *Sobre a Pessoa com Deficiência Visual*, apresentamos, primeiro, uma visão geral da área, seguida de um apanhado de dados acerca das pessoas com deficiência visual no Brasil. Na sequência, realizamos uma explanação sobre as bases legais, dando destaque para os deveres da universidade perante a pessoa com deficiência.

Na Unidade 2, tratamos do gênero *Audiodescrição*, em duas seções. Na primeira, tratamos dos Precursores, aqueles que empreenderam as primeiras audiodescrições enquanto técnica profissional. Já a segunda seção é dedicada à definição de Audiodescrição, por meio de 18 textos definitórios elaborados a partir de três perspectivas: da Educação Especial, da Linguística e segundo uma visão social.

Por fim, a Unidade 3 traz as diretrizes, mais especificamente três documentos balizadores para a produção de audiodescrição: ITC - Guidance On Standards for Audio Description (2000); Nota Técnica do Ministério da Educação (21/2012), ABNT 16452; e Acessibilidade na comunicação (Audiodescrição, 2016).

1 Este e-book é baseado na tese de doutorado: BENGTON, C. G. **Audiodescrição especializada no ensino superior: o caso do bacharelado em sistemas de informação**. 2022. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 2022.

SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Segundo o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, cuja disposição recai sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, em seu Art. 4, parágrafo III, temos:

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

Deficiência Visual (DV) pode ser definida, portanto, como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão. Conforme a definição do Instituto Benjamin Constant:² “DV é a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico”. E complementa, há “também pessoas com visão subnormal, cujos limites variam com outros fatores, tais como: fusão, visão cromática, adaptação ao claro e escuro, sensibilidades a contrastes etc.”.

Assim, dependendo do nível de acuidade, temos: *cegueira total* ou *amaurose*, perda total da visão, chamada de visão zero (nem a percepção

2 Fundado pelo Imperador D. Pedro II, por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o Instituto foi a primeira ação concreta no Brasil para garantir o direito à cidadania aos cegos. Informações disponíveis em: <http://www.ibc.gov.br/>. Acesso em: 04/07/2015.

de luz está presente); *cegueira parcial*, em que os indivíduos são capazes de perceber vultos e projeções luminosas; e *visão subnormal* ou *baixa visão*, caracterizada pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mas que não impede, por exemplo, a leitura por meio de ampliação ou com recursos óticos especiais.³

Para Vygotski (1997), a cegueira passou por três etapas históricas: a mística, a biológica e a sociopsicológica. A primeira etapa compreende a Antiguidade, a Idade Média e uma parte da Modernidade. Nela, a cegueira era vista como uma enorme desgraça, uma maldição. Também havia a crença de que o cego, ao não possuir a visão física, desenvolvia uma visão espiritual.

Na segunda etapa, que compreende o século XVIII, a concepção mística foi substituída pela biológica, que defendia a compensação fisiológica entre as partes do corpo, por exemplo, a cegueira seria compensada por um aumento na percepção tátil ou auditiva. Não demorou muito para os pesquisadores perceberem que não há uma compensação direta do déficit da visão, mas sim uma compensação sociopsicológica muito complexa (VYGOTSKI, 1997).

Embora essa etapa tenha sido superada quase tão logo a sua proposição, não é raro o senso comum contemporâneo afirmar que o cego possui a faculdade de ouvir muito mais aguçada do que a do vidente, devido à compensação que o organismo faz à audição na falta do sentido da visão.

Por fim, na terceira etapa, as pesquisas versaram para a questão da psicologia da pessoa cega. Isso significa que se passou a examinar a deficiência a partir também de um contexto social, o que resultaria na confluência entre as pesquisas fisiológicas e as sociais. *Este é o momento no qual aprendemos que o ato de ver se dá pela experiência, isto é, se aprende a ver e não, simplesmente, se vê.*

Isso porque há uma relação complexa entre os olhos e o cérebro, em que *"to see does not only require functioning eyes and optic nerves (peripheral structures), but also functioning brain structures"*⁴ (CATTANEO e VECCHI, 2011, p. 1). Essa relação fica evidente quando um cego de nascença volta a enxergar após algum tipo de procedimento cirúrgico. Vejamos três casos relatados por Sacks (2006) sobre a relação entre o cérebro e os olhos.

3 Informações retiradas da Fundação Dorina Nowill e do Instituto Benjamin Constant (IBC) (<http://www.ibc.gov.br/>).

4 Ver não só exige olhos e nervos óticos (estruturas periféricas) funcionando, mas também funcionando estruturas cerebrais (tradução nossa).

Em 1690, Locke afirmou que o cego de nascença que voltasse a enxergar não teria condições de reconhecer algum objeto sem antes tocá-lo. Essa suposição foi comprovada em 1728, quando Willian Cheselden, cirurgião inglês, removeu as cataratas de um menino de 13 anos que nunca havia enxergado. Para a surpresa do cirurgião, o menino, que não tinha nenhum tipo de deficiência intelectual, não conseguia processar as informações espaciais e não conseguia reconhecer objetos, senão pelo tato (SACKS, 2006).

Outro caso, mais famoso do que o primeiro, é de Virgil. Depois da cirurgia, após 45 anos cego, “não havia memórias visuais em que se apoiar a percepção; [...] ele viu, mas o que viu não tinha qualquer coerência. Sua retina e seu nervo óptico estavam ativos, transmitindo impulsos, mas seu cérebro não conseguia lhes dar sentido” (SACKS, 2006, p. 119).

Assim como o caso de Virgil, Gregory S. B. também passou pelas mesmas dificuldades depois da cirurgia:

Quando os curativos foram removidos [...] ele ouviu uma voz vindo da sua frente e de um dos lados: virou-se na direção da origem do som e viu um borrão. Compreendeu que aquilo deveria ser um rosto [...]. Parecia crer que não saberia que aquilo era um rosto se não tivesse ouvido previamente a voz, sabendo que as vozes vêm de rostos (SACKS, 2006, p. 119).

Esses três relatos compõem uma lista de indivíduos que nasceram cegos ou ficaram cegos quando crianças e voltaram a enxergar na fase adulta,⁵ mas que cujas experiências comprovam a existência de uma complexa relação entre cérebro e retina e, também, que os cegos constroem uma realidade diferente da dos videntes: “para nós é difícil pensar em uma representação mental sem a imagem visual [...] assim como para os cegos congênitos a visualização dos objetos é um dado impossível” (AMIRALIAN, 2002, p. 207).

Isso ocorre porque no indivíduo cego há uma reestruturação do organismo e da personalidade (da psique):

La ceguera no es sólo la falta de visión (el defecto de un órgano singular), sino que también provoca una reestructuración muy profunda de todas las fuerzas del organismo y de la personalidad. La ceguera, al crear una nueva y peculiar configuración de la personalidad, origina nuevas fuerzas, modifica las direcciones normales de las funciones, reestructura y forma creativa y orgánicamente la psique del hombre. Por consiguiente,

5 Ver Senden, M. Space and sight: the perception of space and shape in the congenitally blind before and after operation. Michigan: Free Press, 1960.

la ceguera es no sólo un defecto, una deficiencia, una debilidad, sino también, en cierto sentido, una fuente de revelación de aptitudes, una ventaja, una fuerza (¡por extraño y similar a una paradoja que esto suene!) (VYGOTSKI, 1997, p. 99).⁶

De forma geral, essa citação de Vygotski resume nossa posição perante a questão do cego. Entendemos que o cego, tendo acesso ao conhecimento, por meio da educação especializada e uso de TA, terá plenas condições de se desenvolver intelectualmente.

É preciso compreender que o cego lida com um processo de *tríplice integração*, como explica Amiralian (1997, p. 279): “seu mundo interno, o mundo externo experienciado por seu sistema perceptivo, alicerçado em percepções tátil-cinestésicas e auditivas, e o mundo externo experienciado pelos videntes, centrado na percepção visual, do qual participam por um conhecimento obtido verbalmente, mas não vivenciado”.

Dados sobre as pessoas com deficiência visual no Brasil

O Censo Demográfico brasileiro de 2010 fez a seguinte pergunta aos entrevistados: “Tem dificuldade permanente de enxergar?”. Foram classificadas como pessoas com deficiência visual aquelas que responderam: alguma dificuldade, grande dificuldade ou não conseguiam de modo nenhum. Esse instrumento de pesquisa rendeu três indicadores para o tema Deficiência: 1) Deficiência visual, 2) Deficiência visual severa e 3) Deficiência visual severa por frequência à escola (6 a 14 anos). Cabe destacar que “alguma dificuldade” só se aplica ao indicador “Deficiência visual”.

Com esses indicadores, realizamos algumas simulações no site do IBGE,⁷ as quais apresentamos a seguir. Antes, salientamos que o período em questão é o ano de 2010 e os critérios utilizados são: sexo (todos; homens; mulheres),

6 A cegueira não é apenas a falta de visão (o defeito de um único órgão), mas também causa uma reestruturação muito profunda de todas as forças do organismo e da personalidade. A cegueira, ao criar uma nova e peculiar configuração de personalidade, origina novas forças, modifica as direções normais das funções, reestrutura e cria, de maneira criativa e orgânica, a psique do homem. Portanto, a cegueira não é apenas um defeito, uma deficiência, uma fraqueza, mas também, em certo sentido, uma fonte de revelação de aptidões, uma vantagem, uma força (por estranho e paradoxal que isso pareça!) (VYGOTSKI, 1997, p. 99, tradução nossa).

7 Dados retirados do site: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

cor ou raça (todos; branca; preta ou parda) e grupos de idade (todos; 0 a 5 anos; 6 a 14 anos; 15 a 59 anos; 60 anos ou mais).⁸

Para o indicador Deficiência visual, “todos” para os três critérios, temos a seguinte simulação:

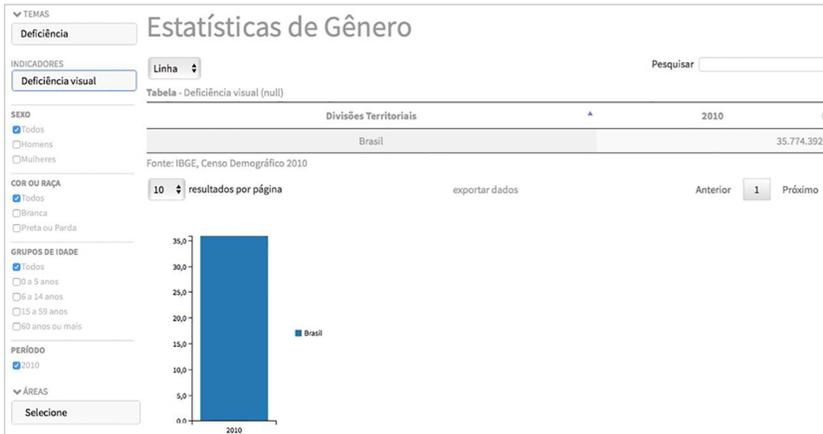


Figura 1. Número de pessoas com deficiência visual. Indicador – deficiência visual.
Fonte: IBGE.

Como podemos ver, o número total de pessoas que se declararam com alguma dificuldade para enxergar é de 35.774.392 (trinta e cinco milhões, setecentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e dois). Ao refinar a pesquisa, isto é, passando do indicador Deficiência visual para Deficiência visual severa, utilizando novamente “todos” para os três critérios, temos a seguinte simulação:

⁸ Como as informações são fornecidas pelos entrevistados (denominados autodeclarados), a questão da Deficiência Visual muitas vezes fica com uma mensuração muito elevada, pois a pessoa que usa óculos e faz correção de grau pode se autodeclarar pessoa com deficiência visual.

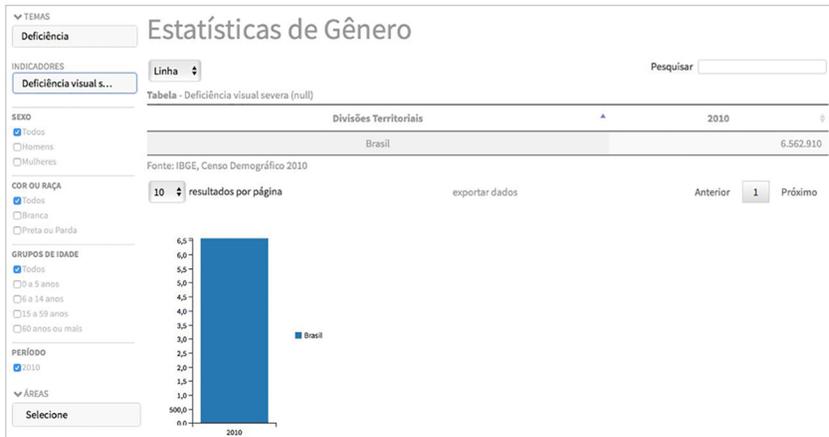


Figura 2. Número de pessoas com deficiência visual. Indicador – deficiência visual severa.

Fonte: IBGE.

Com o indicador Deficiência visual severa, o número de pessoas com deficiência visual cai drasticamente, 6.562.910 (seis milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, novecentos e dez).

Agora, se aplicamos por todos os critérios, temos o seguinte resultado geral



Figura 3. Número de pessoas com deficiência visual. Indicador – deficiência visual severa (todos os critérios).

Fonte: IBGE.

Bases legais para a garantia de Acessibilidade

Nos Artigos 205 e 206 da Constituição Federal temos as bases legais para exigir que todos tenham os mesmos direitos à educação: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E complementa: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (CF, 1988, Art. 205, 206, respectivamente).

O marco fundamental para a inclusão de pessoas com deficiência é a Declaração de Salamanca, documento erigido na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em 1994, cujo tema principal é “sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais”. Seu foco é a “melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas” (p. 1).

Em 2006, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprova a *Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência*, tendo como propósito “o de promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade (Art. 1). Dos 50 artigos, destacamos alguns excertos importantes para este texto:

- A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ou propiciados ao público, tanto na zona urbana como na rural.
- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de preço acessível.
- Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e

tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de suporte e instalações.

- Promover a capacitação de profissionais e de equipes que trabalham com pessoas com deficiência, em relação aos direitos reconhecidos na presente Convenção, para que possam prestar melhor assistência e serviços assegurados por tais direitos.
- Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à internet.
- Promover o desenho, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação em fase inicial, a fim de que estes sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a um custo mínimo.
- Provisão, para pessoas com deficiência, de informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas a diferentes tipos de deficiência, em tempo oportuno e sem custo adicional.
- Incentivo à mídia, inclusive aos provedores de informação pela internet, para tornarem seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência.

No Brasil, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, foi substancialmente alterada pela Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Essas alterações são reflexos das conquistas em políticas públicas e de inclusão advindas do período que separa as duas leis. Alteração de leis significa repensar algo que está posto. Deve servir a um único propósito, na linha do que disse Cícero (2021, posição 72): “somos servos da lei para que possamos ser livres”. Vejamos os pontos da referida lei importantes para esta tese.

Estatuto da Pessoa com Deficiência

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) –, é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Art. 1º).

Por pessoa com deficiência, considera-se, em seu Art. 2º, “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Já em seu Art. 3º apresenta, entre outros, as definições de quatro termos que permeiam toda esta tese e, por essa razão, devem ser bem compreendidos. São eles:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

Tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

Comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações.

Em termos relativos ao direito à Educação, a referida Lei reserva o Capítulo IV para tratar do tema. O primeiro ponto de destaque é em relação à obrigatoriedade de haver um “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida” (Art. 28). Atrélado a esse ponto, temos: “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação

e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena”.

Para atender a essas duas prescrições, é preciso não só uma legislação que leve em conta as necessidades das pessoas com deficiência, mas de ações concretas que, efetivamente, viabilizem a inclusão. Uma dessas ações é o desenvolvimento de Tecnologia Assistiva, como é o caso da audiodescrição.

Ainda no Capítulo IV, há uma questão de extrema relevância para a inclusão. Trata-se de haver um projeto pedagógico que “institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia”.

Com respeito à deficiência visual, podemos destacar o seguinte: “Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille” (§ 2º).

A nosso ver, esse trecho está incompleto, uma vez que só se torna acessível o documento que estiver no formato acessível para os leitores de tela, acrescido de audiodescrição. Afinal, trata-se de um trabalho à parte, custoso e complexo, que mereceria menção particularizada na referida Lei.

Em termos legais e normativos relativos à audiodescrição, apresentamos, a seguir, uma cronologia dos principais fatos brasileiros.

Cronologia de leis e normas sobre audiodescrição

2000

Promulgação da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação” (Art.1º).

2004

Promulgação do Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004 (regulamenta a Lei nº 10.098), que dispõe, entre outros, sobre os procedimentos a serem observados para a utilização de sistemas de reprodução de mensagens veiculadas a pessoas com deficiência visual e auditiva (Art. 53, § 2º). Dentre esses sistemas, temos: “a descrição e narração em voz de cenas e imagens” (§ 2º, inciso III).

2005

Elaboração da ABNT NBR 15290 (acessibilidade em comunicação na televisão) no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Comunicação (CE-40:000.03-003), sendo objetivo desta Norma o estabelecimento de “diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na televisão, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo ou outro que complemente necessidades individuais” (ABNT NBR 15290:2005, p. 1).

2008

O Congresso Nacional promulga, em 09 de julho, a Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo 186), passando a ser “o primeiro tratado internacional a vigorar no Brasil com status de Emenda Constitucional” (FRANCO, 2010, p. 55).

2008

A ABNT NBR 15599:2008 (Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços) foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNTICB-40), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Comunicação (CE-40:000.03), cujas diretrizes “promovem a acessibilidade na prestação de serviços, contornando as barreiras de comunicação existentes, por meio do princípio da redundância. Destina-se ao uso pelos prestadores de serviço que buscam o atendimento a demanda das pessoas com dificuldades na comunicação, potencial mercado, e a legislação pertinente em vigor” (ABNT NBR 15599:2008, p. V). Em termos relativos à audiodescrição, esta Norma apresenta:

- As escolas devem prover recursos materiais e tecnologias assistivas que viabilizem o acesso ao conhecimento, tais como: aparelhos de TV,

com dispositivos receptores de legenda oculta e audiodescrição e tela com dimensão proporcional ao ambiente, de modo a permitir a identificação dos sinais, sejam das personagens, do narrador ou do intérprete de LIBRAS, nas aulas coletivas (p. 8).

- A programação de filmes exibidos pela TV deve atender as condições de acessibilidade na comunicação e oferecer as opções de: idioma original e versão dublada, com os recursos de legenda oculta (CC) e audiodescrição, como especificado na ABNT NBR 15290:2005 (p. 11).
- As unidades habitacionais de estabelecimento de hospedagem, acessíveis a pessoas com deficiência sensorial ou dificuldade de fala, devem oferecer: a) aparelho de TV com dispositivos receptores de legenda oculta e audiodescrição (p. 13).
- Audiodescrição - permite a compreensão de sons e elementos visuais imperceptíveis sem o uso da visão (p. 38).

2015

Promulgação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

2016

A ABNT NBR 16452:2016 (Acessibilidade na comunicação - Audiodescrição) foi elaborada no Comitê Técnico de Acessibilidade (ABNT/CB-040), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Comunicação (CE-040:000.003), cujas diretrizes foram “elaboradas com base nos preceitos do desenho universal, visam favorecer a percepção, a compreensão e a fruição das informações contidas em imagens dinâmicas ou estáticas, para pessoas impossibilitadas de ver ou com dificuldade para compreender tais imagens. A aplicação destas diretrizes inclui, mas não se limita às situações relacionadas às diretrizes para a elaboração do roteiro da audiodescrição” (ABNT NBR 16452:2016, p. 1).

Depois desta introdução às leis e normas destinadas a garantir e promover os direitos fundamentais da pessoa com deficiência, vamos tratar, na próxima unidade, da Audiodescrição propriamente dita.

AUDIODESCRIÇÃO (AD)

Precursos

A *Audiodescrição* (AD), enquanto técnica profissional, tem seus conceitos básicos desenvolvidos pela primeira vez na dissertação de mestrado “*Television for the blind*”, de autoria de Gregory Frazier, apresentada à Universidade de São Francisco, em 1974.⁹ De forma simples e precisa, a *Association Française d’Audiodescription* (Associação Francesa de Audiodescrição) explica o feito da seguinte maneira:

Il élabore une technique permettant la description de l’image grâce à l’utilisation d’une voix intervenant entre les répliques d’un film ou d’une pièce de théâtre. Un peu comme une petite voix chuchotant à l’oreille de l’aveugle. Ce concept, appelé «AudioVision», permet aux personnes aveugles et malvoyantes de suivre une représentation «presque» comme un spectateur voyant.¹⁰

Em termos de realização, o primeiro trabalho propriamente dito foi executado por Margaret Rockwell e Cody Pfanstiehl, em 1981, quando audiodescreveram a exibição da peça *Major Barbara*,¹¹ no Arena Stage Theater,

9 Dados disponibilizados no site: <https://audiodescriptionsolutions.com/about-us/a-brief-history-of-audio-description-in-the-u-s/>. Acesso em: 31 de out. 2020.

10 “Ele desenvolveu uma técnica para descrever a imagem por meio do uso de uma voz que se interpõe nas entrelinhas de um filme ou uma peça. É como uma vozinha sussurrando no ouvido do cego. Este conceito, denominado audiodescrição, permite às pessoas com deficiência visual acompanhar uma atuação “quase” como um espectador vidente” (tradução nossa). Disponível em: <https://audiodescriptionfrance.wordpress.com/histoire/>. Acesso em: 31 de out. 2020.

11 Informações técnicas sobre a montagem da peça MAJOR BARBARA, by George Bernard Shaw; directed by Martin Fried; costumes, Marjorie Slaiman; set, Tony Straiges; lighting, Hugh Lester; technical director, David Glenn; with Mikel Lambert, Kevin Donovan,

em Washington DC. A peça, escrita por George Bernard Shaw e dirigida por Martin Fried, tem como mote o que David Richards¹² escreveu no Washington Post à época do espetáculo: “*Rebellious ideas hurtle up against entrenched beliefs*”.¹³ A nosso ver, o fazer audiodescrição é um desses atos que se levantam contra o que está posto.

No mesmo ano, Margaret e Cody fundaram o *Audio Description Service*, responsável por promover audiodescrições de teatro por toda parte dos Estados Unidos. No final da década de 1980, mais de 50 estabelecimentos estavam produzindo alguma performance audiodescrita. Nessa mesma década, a ideia cruza o Atlântico até um pequeno teatro chamado Robin Hood, em Averham, Nottinghamshire,¹⁴ onde ocorreram as primeiras performances audiodescritas na Inglaterra (ITC, 2000).



Figura 4. Teatro Robin Hood, em Averham, Nottinghamshire.

Fonte: <https://www.rhtc.co.uk/>.¹⁵

Seu diretor, Norman King, ficou tão impressionado com os benefícios da audiodescrição que encorajou o Teatro Real, em Windsor, a estabelecer o serviço em larga escala, o que passou a ocorrer em 06 de fevereiro de 1988,

Christine Estabrook, Robert W. Westenberg, Charles Janas, Biff McGuire, Christopher McHale, Richard Bauer. Informações extraídas de: <https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/1981/10/23/barbara-38/3bb5861d-b527-41c0-a28a-09bea1fcecef/>. Acesso em: 31 de out. 2020.

12 A matéria 'Barbara', de David Richards, publicada em 23 de outubro de 1981, pode ser acessada pelo link: <https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/1981/10/23/barbara-38/3bb5861d-b527-41c0-a28a-09bea1fcecef/>. Acesso em: 31 de out. 2020.

13 “Ideias rebeldes se lançam contra crenças arraigadas” (tradução nossa).

14 O Robin Hood é um pequeno teatro público situado na zona rural perto de Newark, Nottinghamshire. Foi construído em 1913 e tornou-se público em 1961. Com 150 lugares, o teatro mantém a reputação de produzir entretenimento profissional de alto padrão. Informações retiradas de: <https://www.rhtc.co.uk/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

15 Acesso em: 28 nov. 2020.

com a peça *Stepping Out*. Foi também nesse ano que Gregory Frazier e August Coppola audiodescreveram o primeiro filme da história, *Tucker*, de Francis Ford Coppola.¹⁶

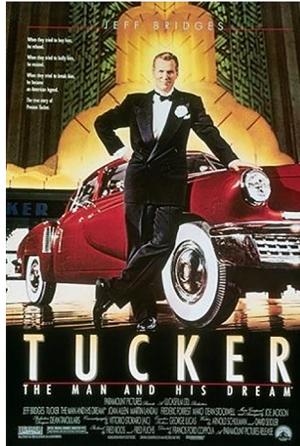


Figura 5. Cartaz do filme.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tucker:_The_Man_and_His_Dream.¹⁷

August Coppola ainda terá papel fundamental na disseminação do serviço de AD para o cinema, ao produzir dois extratos de filmes, em parceria com *Association Valentin Haüy* (AVH). O trabalho foi apresentado no Festival de Cannes, em 1989, o mais importante do cinema mundial.

Ainda em 1989, a AVH apresentará o primeiro filme audiodescrito na França, *Indiana Jones e a última cruzada*, de Steven Spielberg. Em termos teatrais, a França tem sua primeira peça audiodescrita em 1990, no Teatro Nacional de Chaillot. Trata-se de *Sonho de uma noite de verão*, de William Shakespeare, sob a direção de Jérôme Savary. Foi também em 1989 que a Alemanha apresentou seu primeiro filme audiodescrito, *Hear no evil see no evil*, dirigido por Arthur Hiller (BENECKE, 2004).

Para TV, podemos destacar dois eventos: em 1982, quando a *Public Broadcasting Service* (PBS) transmitiu a série *American Playhouse*, audiodescrita pelo casal Margaret e Cody Pfanstiehl; e em 1983, quando o canal japonês NTV inaugura a audiodescrição em sua programação (CASADO, 2007).

16 August e Francis são irmãos.

17 Acesso em: 28 de nov. 2020.

E na Educação, podemos firmar um marco? No contexto brasileiro, o início da Audiodescrição, enquanto recurso de acessibilidade comunicacional desenvolvida por professores da Educação Especial, se deu por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que “institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica”, cujas metas são:

identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares (BRASIL, 2008, p. 1).

Depois desse apanhado histórico, trataremos do caráter definicional da Audiodescrição.

Audiodescrição e algumas definições

Uma das formas mais eficientes de se conhecer uma área é por meio dos textos definitórios, seja em forma dicionarística, ou em forma de divulgação científica (pela palavra escrita – artigos e livros –, ou pela palavra falada – aulas, palestras etc.). O repertório de dezoito textos definitórios compilado do *Ver com palavras*¹⁸ é uma amostra relevante de como a área vem definindo seu termo mais importante, porque, além de ser um site conhecido e acessado pelos interessados na área, traz um conjunto diversificado de definições.

Nesse sentido, para facilitar a leitura, dispusemos os dezoito textos definitórios no Quadro 1.

Quadro 1. Repertório de dezoito textos definitórios.

18 As definições apresentadas foram compiladas pelo site *Ver com Palavras*, disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.

Item	Texto definitório
1	A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo, como: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança; eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos tais como aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, por meio de informação sonora (MOTTA, 2021, s/p).
2	A audiodescrição é uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos (MOTTA, 2021, s/p).
3	A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que permite a inclusão de pessoas com deficiência visual junto ao público de produtos audiovisuais. O recurso consiste na tradução de imagens em palavras. É, portanto, também definido como um modo de tradução audiovisual intersemiótico, onde o signo visual é transposto para o signo verbal. Essa transposição caracteriza-se pela descrição objetiva de imagens que, paralelamente e em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral da narrativa audiovisual. Como o próprio nome diz, um conteúdo audiovisual é formado pelo som e pela imagem, que se completam. A audiodescrição vem então preencher uma lacuna para o público deficiente visual (FRANCO, 2021, s/p).
4	Considero a audiodescrição como uma forma de leitura reveladora que evoca em seu público uma multiplicidade de sensações e sentimentos capaz de gerar uma revolução sensitiva muito necessária para a formação do gosto cinematográfico. Certamente não é somente o audiodescritor e seu modo de traduzir as imagens que influenciarão a PcDV, mas a própria linguagem da AD que, por si só, revoluciona os sentidos (MACHADO, 2021, s/p).
5	O recurso consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como, por exemplo, expressões faciais e corporais que comuniquem algo, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela. A audiodescrição permite que o usuário receba a informação contida na imagem ao mesmo tempo em que esta aparece, possibilitando que a pessoa desfrute integralmente da obra, seguindo a trama e captando a subjetividade da narrativa, da mesma forma que alguém que enxerga. As descrições acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras do filme ou espetáculo, nunca se sobrepondo ao conteúdo sonoro relevante, de forma que a informação audiodescrita se harmoniza com os sons do filme (POZZOBON e POZZOBON, 2021, s/p).

Quadro 1. *Continuação...*

Item	Texto definitivo
6	A audiodescrição não tem o direito de explicar o que não está claro no filme. O usuário de AD deve entender o filme e ao mesmo tempo ficar com as mesmas dúvidas que os videntes ficaram, considerando a dubiedade e a multiplicidade de sentidos presentes nas obras de arte (POZZOBON, 2021, s/p).
7	A Audiodescrição é um modo de tradução audiovisual intersemiótica (do visual para o verbal), que consiste na técnica de narração realizada por um audiodescritor, que descreve com o máximo de detalhes e sem julgamentos, tudo que acontece nas cenas de uma obra audiovisual, de acordo com os espaços oferecidos entre os diálogos dos personagens, respeitando o roteiro original, as intenções de pausas, ruídos sonoros e trilhas. Um recurso de acesso e autonomia para pessoas com deficiência visual e outros públicos (SANTANA, 2021, s/p).
8	A audiodescrição é uma tecnologia assistiva que busca suprir a lacuna deixada pela comunicação visual, para aqueles que dela não conseguem tirar proveito. No atual estado da arte dos meios de comunicação, não há dúvidas de que a ausência da audiodescrição cria uma situação de desconforto. Inúmeros são os momentos em que sentimos falta de um detalhamento do que está acontecendo. Seja na televisão, teatro, cinema ou mesmo nas descrições de gráficos e figuras de um livro, ou imagens de uma página da internet, ela é fundamental para a participação efetiva das pessoas com deficiência na interação com a sociedade (L. SANTANA, 2021, s/p).
9	A AD é uma modalidade de tradução audiovisual definida como a técnica utilizada para tornar o teatro, o cinema e a TV acessíveis para pessoas com deficiência visual. Trata-se de uma narração adicional que descreve a ação, a linguagem corporal, as expressões faciais, os cenários e os figurinos. A tradução é colocada entre os diálogos e não interfere nos efeitos musicais e sonoros (SANTIAGO, 2021, s/p).
10	De modo a responder ao direito de acesso à comunicação e à informação, portanto, surge uma técnica, e um profissional que a emprega: a áudio-descrição e o áudio-descritor, bem como são desenvolvidas tecnologias para a aplicação dessa técnica. Todavia, a áudio-descrição não é uma descrição qualquer, despretensiosa, sem regras, aleatória. Trata-se de uma descrição regrada, adequada a construir entendimento, onde antes não existia, ou era impreciso; uma descrição plena de sentidos e que mantém os atributos de ambos os elementos, do áudio e da descrição, com qualidade e independência. É assim que a áudio-descrição deve ser: a ponte entre a imagem não vista e a imagem construída na mente de quem ouve a descrição. Logo, a união dos sentidos se dá por uma ponte em cujas extremidades estão a imagem e a descrição. Essa ponte, o áudio-descritor, vem conduzir a imagem que sem a descrição será inacessível às pessoas com deficiência visual, mas que, com a áudio-descrição, tomará sentido (LIMA, 2021, s/p).

Quadro 1. Continuação...

Item	Texto definatório
11	É importante ter consciência de que a audiodescrição não é um serviço meramente técnico. Assim como a arte, ela exige um envolvimento intenso com o projeto. É preciso sensibilidade para encontrar o vocabulário adequado e o tom de voz ideal para que a audiodescrição seja totalmente integrada ao filme. Um filme do Rambo não pede o mesmo vocabulário que um filme de Woody Allen. Um romance não pede o mesmo tom de um filme de terror ou de uma comédia (SCHWARTZ, 2021, s/p).
12	A audiodescrição é um exercício de respeito, de ética e só é mesmo de qualidade quando compartilhada. É um treino pessoal, que exige estudo e dedicação no que diz respeito às inferências e interpretações. É um movimento intenso de busca, de alternativas “em palavras” que garantam o entendimento sem super ou subestimar a capacidade de entendimento e história de vida do outro. Manter-se dentro do que o autor propõe, dentro de sua linguagem e dos fatos é um grande desafio, complexo e fascinante (BARQUEIRO, 2021, s/p).
13	A audiodescrição veio para proporcionar um verdadeiro conforto, para mim e para quem estiver me acompanhando. Eu ouço, eu vejo, eu sinto as mesmas emoções que os outros e no mesmo tempo dos outros. E, ao final do evento, posso discutir e comentar com as mesmas informações que os outros tiveram (A. BARQUEIRO, 2021, s/p).
14	<i>Audio Description makes theatre, movies and TV programmes accessible to blind and visually impaired people: It provides a narration of what is seen and describes the action, body language, facial expressions, scenery and costumes of the players. The description must fit in between the dialogues and must not interfere with important sound and music effects. On the one hand, therefore, Audio Description is to provide as much information as possible and on the other hand it needs to be brief and precise when transferring the visual dimension of a film or a play into sound. These are the critical questions: What has to be described? When do you describe? And how do you describe? (BENECKE, 2021, s/p).</i>

Item	Texto definatório
15	<p><i>In a society which relies increasingly on audiovisual content as a source of information, entertainment and education, visually impaired people are at risk of being excluded from socially and culturally important discourses. Audiodescription (AD), a growing arts and media access service for blind and partially sighted people, tries to reduce this risk. On the one hand, museums and art galleries offer verbal descriptions of paintings, sculptures and other visual objects, often in combination with 'touch tours', to give blind and partially sighted people access to 'static' visual art (de Coster & Mühleis 2007). On the other hand, AD for live and filmed programmes and performances – including e.g. films, TV programmes, theatre, opera or dance performances – aims to 'translate' the essential visual elements of these performances into short verbal descriptions which are inserted into appropriate moments of the audiovisual source material, e.g. gaps in film or theatre dialogue. Non-verbal sounds which make no sense without access to visual information are also included in the descriptions (OfCom 2000) (BRAUN, 2021, s/p).</i></p>
16	<p><i>AD is a verbal description of the important visual events, actions, sets, costumes, facial expressions, etc. that occur within a piece of content (National Assembly of State Arts Agencies, 2003). This description is inserted as a complementary audio track placed in between the dialogue elements of the content (Media Access Australia, 2008). Audience members will often use a wireless headset to receive the AD that is broadcasted in the theatre. For a live event, the describer broadcasts in real-time. In post-production film and television, AD is available through a specialized wireless system in the cinemas or through the secondary audio programming channel on the television (UDO e FELS, 2021, s/p).</i></p>
17	<p><i>People who are vision impaired need not be culturally disadvantaged. Audio Description (AD) provides a verbal version of the visual image. It's a narration of all the visual elements-action, costumes, settings, images-of theater, television/film, museum exhibitions, and other events. Visually impaired patrons experience all the visually engaging elements of cultural events, the rich variety of colors, lighting effects, levels, gestures, and facial expressions that others often take for granted; critical bits of information that a person who has low vision formerly could only experience through the whispered asides from a sighted companion (SNYDER, 2021, s/p).</i></p>
18	<p><i>Audiodescripción es la capacidad de compensar la falta de percepción de imágenes por las descripciones o efectos sonoros complementarios necesarios para poder comprender y disfrutar de un evento artístico, social o cultural (GRESPO, 2021, s/p).</i></p>

Fonte: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Elaboração: autores

A título de explanação linguística, é possível aplicar a **relação semântica “é um”** (e seus derivados – “é uma”, “é a”) - que responde a pergunta – o

que é? - e concluir que a Audiodescrição, neste repertório,¹⁹ foi definida a partir de três perspectivas - da Educação Especial, da Linguística e segundo uma visão social -, evidenciando que uma audiodescrição circula em diversos meios e requer para si novos contornos, dependendo do contexto em que atua.

Na sequência, apresentamos alguns documentos que balizam a elaboração de audiodescrições, como forma de contextualizar o que vem sendo adotado nas produções de AD.

19 Dos dezoito textos definitórios, três não apresentam o respectivo traço semântico, são eles: o texto (6), o (13) e o (14).

DIRETRIZES PARA A PRODUÇÃO DE AD

Dentre inúmeros documentos elaborados, escolhemos três. O primeiro é a *Nota Técnica 21/2012/MEC/SECADI/DPEE*, que trata das diretrizes para descrição de imagem na geração de material digital acessível – Mecdaisy.²⁰ Vejamos quais são:

- Identificar o sujeito, objeto ou cena a ser descrita - *O que/quem*;
- Localizar o sujeito, objeto ou cena a ser descrita - *Onde*;
- Empregar adjetivos para qualificar o sujeito, objeto ou cena da descrição - *Como*;
- Empregar verbos para descrever a ação e advérbio para descrever as circunstâncias da ação - *Faz o que/como*; e utilizar o advérbio para referenciar o tempo em que ocorre a ação - *Quando*;
- Identificar os diversos enquadramentos da imagem - *De onde* -, tais como:
 - Grande plano geral (GPG) - Mostra o cenário todo e é feito de um plano mais elevado, como em imagens aéreas.
 - Plano geral - Mostra os personagens e o ambiente no qual estão inseridos.
 - Plano americano - Mostra o personagem dos joelhos para cima.

20 O Mecdaisy é uma solução tecnológica criada para produzir livros em formato digital acessível e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado. Desenvolvido e lançado pelo UFRJ, em parceria com o MEC, o Mecdaisy “apresenta facilidade de navegação pelo texto, permitindo a reprodução sincronizada de trechos selecionados, o recuo e o avanço de parágrafos e a busca de seções ou capítulos. Possibilita, também, anexar anotações aos arquivos do livro, exportar o texto para impressão em Braille, bem como a leitura em caracteres ampliados. Todo texto é indexado, facilitando, assim, a navegação por meio de índices ou buscas rápidas” (NORMA TÉCNICA 21, 2012, p. 2).

- Plano médio - Mostra o personagem da cintura para cima.
 - Primeiro plano - Mostra o personagem do peito para cima.
 - Primeiríssimo plano ou *close-up* – Mostra o rosto do personagem em destaque.
 - Plano detalhe - Mostra uma parte do corpo de um personagem ou um objeto.
 - Plano plongée ou câmera alta - Enquadramento de personagens ou objetos feitos de cima para baixo.
 - Plano contra-plongée ou câmera baixa - Enquadramento de personagens ou objetos feitos de baixo para cima.
-
- Utilizar a aplicação do estilo image caption em todas as imagens e após a apresentação da imagem acrescentar os dados na seguinte ordem: fonte, Legenda e Descrição;
 - Verificar a correspondência entre a imagem e o texto, a fim de garantir a fidedignidade da descrição;
 - Usar termos adequados, à área de conhecimento, abordada na descrição;
 - Identificar os elementos relevantes, levando-se em consideração aspectos históricos e culturais;
 - Organizar os elementos descritivos em um todo significativo. Evitar deixar elementos soltos, inserindo-os em um mesmo período. Começar pelo personagem ou objeto mais significativo (o que/quem), qualificá-lo (como), localizá-lo (onde), qualificar o onde (como), explicitar o tempo (quando);
 - Mencionar cores e demais detalhes;
 - Mencionar (quando possível) o enquadramento de câmera em fotos, principalmente quando for importante para o entendimento (close, plano geral, primeiro plano etc.);
 - Usar artigos indefinidos quando é a primeira vez que aparece determinado elemento ou pessoa;
 - Usar artigos definidos quando já forem conhecidos;
 - Usar o tempo verbal sempre no presente;
 - Mencionar as imagens de fundo, detalhes, caixas de texto, bordas coloridas que aparecem na página, na parte inferior, pois os recursos gráficos utilizados traduzem a intenção do autor;

- Mencionar, na descrição charge, cartum, história em quadrinho e tira cômica a fonte com a data da publicação (quando houver), a legenda com o nome do autor e, em seguida, a descrição da imagem;
- Iniciar a descrição, usando a expressão: a charge, cartum, história em quadrinho e tira cômica mostra/apresenta;
- Em histórias considerar alguns aspectos como idade, faixa etária e considerar a expressão verbal por faixa etária.
- Descrever elementos gráficos como pontos de interrogação, exclamação, gotas de suor, raios, formatos diferentes de balões onde se localizam as falas;
- Anunciar o número de quadros presentes e a mudança de um para o outro, quando a charge, cartum, história em quadrinho ou tira cômica forem constituídos por mais de um quadro, marcando-os com a letra Q e o número correspondente;
- Mencionar quem são e quantos são os personagens, caracterizá-los, falar sobre o cenário e o tempo (dia, noite, inverno, verão), para depois fazer a descrição de cada quadrinho. Quando os personagens mudam a roupa no decorrer da história, o fato deverá ser mencionado no próprio quadrinho. Falar também sobre como aparecem as falas, se dentro ou fora de balões. Se o desenho do balão apontar para algum significado, como pensamento ao invés de fala (bolinhas), deverá ser apontado na descrição do quadro onde aparece;
- Anunciar a fala dos personagens, por meio dos verbos: dizer, responder, perguntar, comentar, continuar, gritar, falar;
- Discriminar, na descrição de paisagens, as urbanas das campestres ou marítimas, as paisagens naturais das humanizadas;
- Manter a imagem da tabela, do fluxograma e do organograma com a sua descrição, apresentando de forma sequencial as informações disponíveis;
- Reduzir, ao máximo, o número de colunas utilizado;
- Sintetizar cabeçalho e rodapé, expressos em poucas palavras;
- Minimizar a introdução de elementos de formatação e cor, pois estes contribuem para dispersão no entendimento.

Outro documento importante para a produção de AD é a ABNT 16452, *Acessibilidade na comunicação - Audiodescrição*, de 2016. Nele, encontramos diretrizes para “normalizar a produção da audiodescrição para garantir

a qualidade da acessibilidade aos serviços e produtos audiovisuais e atender às necessidades das pessoas com alguma deficiência, principalmente cognitiva ou visual, com equidade de direitos” (ABNT, 2016, p. vi).

Tais diretrizes levam em conta os preceitos do Desenho Universal, cujo objetivo é “favorecer a percepção, a compreensão e a fruição das informações contidas em imagens dinâmicas ou estáticas, para pessoas impossibilitadas de ver ou com dificuldade para compreender tais imagens” (ABNT, 2016, p. 1).

Antes de elencar as diretrizes, convém apresentar as definições de audiodescrição e audiodescritor, segundo a norma:

audiodescrição: recurso de acessibilidade comunicacional que consiste na tradução de imagens em palavras por meio de técnicas e habilidades, aplicadas com o objetivo de proporcionar uma narração descritiva em áudio, para ampliação do entendimento de imagens estáticas ou dinâmicas, textos e origem de sons não contextualizados, especialmente sem o uso da visão;

audiodescritor consultor: profissional que realiza a revisão e adequação do roteiro e da narração da audiodescrição com formação técnica adequada. Convém que seja um profissional com deficiência visual;

audiodescritor narrador: profissional que realiza a narração do roteiro da audiodescrição;

audiodescritor roteirista: profissional que elabora o roteiro da audiodescrição, com formação técnica adequada (ABNT, 2016, p. 1, 2).

Pois bem, entre as diretrizes, merecem destaque:

- Atribuições do audiodescritor:
 - I. pesquisar e analisar previamente o assunto a ser audiodescrito;
 - II. adequar a terminologia e a linguagem, bem como todas as informações relativas à obra e pertinentes à audiodescrição;
 - III. elaborar a nota introdutória;
 - IV. elaborar o roteiro.

- Nota introdutória

Lida antes de qualquer evento, deve incluir descrições que porventura não possam ser fornecidas no decorrer do evento, tais como:

- I. descrição do ambiente e da localização de recursos e serviços disponíveis;

- II. detalhamento e complementação dos procedimentos de segurança para situações de emergência;
- III. breve explicação sobre o processo e a relevância da audiodescrição;
- IV. créditos e patrocinadores;
- V. características físicas dos personagens, papéis que desempenham, vestimentas, quaisquer gestos ou maneirismos que usem repetidamente durante o evento;
- VI. cenários;
- VII. definição de estilos e terminologias usados na performance;
- VIII. descrição da audiência, bem como registro de presença de autoridades, pessoas famosas e conhecidas da comunidade.

- Roteiro

Formado por unidades descritivas, introduzidas em momentos específicos, o roteiro de audiodescrição deve privilegiar os seguintes elementos “o que, quem, como, onde, quando – não necessariamente nessa ordem – que incluam a descrição da ação, personagens, cenários, gestos, expressões, enquadramento de cena e outros dados plásticos contidos nas imagens” (ABNT, 2016, p. 4). Os pontos mais relevantes são:

- Subtítulos e outros: devem estar incluídas informações trazidas por subtítulos, letreiros, avisos e títulos de crédito, priorizando os conteúdos e adequando-os ao tempo de silêncio disponível.
- Redação: deve ser redigido com coerência, coesão, fluidez, sintaxe objetiva, orações com sentido completo e tempo verbal no presente do indicativo. Devem ser evitados os gerundismos, regionalismos, cacofonias, gírias, redundâncias, vícios de linguagem e palavras com sentido dúbio.
- Legendas: em filmes, peças teatrais, óperas, performances, shows, espetáculos de dança e outros deve ser inserida a leitura das legendas no idioma grafado.
- Informação e linguagem: devem estar de acordo com o gênero da obra, faixa etária e necessidades do seu público-alvo.
- Descrição da trama: As informações podem ser ligeiramente adiantadas ou atrasadas, desde que não revelem os acontecimentos da trama, nem interrompam as situações de tensão dramática,

suspense ou mistério. O texto não pode expressar o ponto de vista do audiodescritor roteirista.

- **Descrição de imagens:** deve adequar-se ao tempo de silêncio disponível e, quando imprescindível, sobrepor-se às falas. Devem ser respeitadas as informações trazidas pela imagem, evitando-se a censura e o excesso de dados. A sobreposição é permitida somente quando a descrição da informação visual for considerada relevante para a compreensão.
- **Descrição de sons:** deve ser evitada a descrição de sons óbvios que possam ser facilmente deduzidos na obra (ABNT, 2016, p. 5).

As diretrizes de ambos os documentos, Nota Técnica e ABNT 16452, se basearam no *Guidance On Standards for Audio Description*, que passamos a discutir a seguir.

ITC²¹ Guidance On Standards for Audio Description (2000)

Essas diretrizes são baseadas em um estudo desenvolvido entre 1992 e 1995 pelo consórcio “*European Audetel*” (*Audio Described Television*), mais especificamente por Veronika Hyks, editora executiva da ITV (*Independent Television*). Quatro mecanismos foram empregados para reunir as experiências nas quais esse documento foi estruturado, são elas:

- 1 Cegos e pessoas com baixa visão em todo Reino Unido completaram um questionário (distribuído pelo *Royal National Institute for the Blind's 'New Beacon' magazine*) sobre seus hábitos televisivos e identificaram a natureza de suas dificuldades em seguir o conteúdo programático de um número de classes de programa;
- 2 Duzentas pessoas de todas as idades e níveis de deficiência visual ao redor da Grã-Bretanha participaram de sessões experimentais de visualização, nas quais foram solicitadas a expressar suas opiniões sobre exemplos de programas e filmes audiodescritos;
- 3 Um grupo de especialistas da Audetel foi estabelecido para formar uma opinião crítica dos programas audiodescritos;
- 4 Durante os meses de julho a novembro de 1994 foram disponibilizados nos canais ITV e BBC, em horários de pico, 7 a 10 horas de programação audiodescrita por semana. Uma porção dos espectadores

21 *Independent Television Commission.*

deficientes visuais foram entrevistados regularmente a respeito do serviço oferecido.

Desse estudo, gerou-se, entre outras, as diretrizes a seguir:

- Uso do tempo presente: Porque a AD é um comentário voltado ao espectador sobre o que está acontecendo num determinado momento.
- Priorizando informações: É fundamental definir as cenas porque elas mudam rapidamente e, sem orientação, a pessoa com deficiência visual perderá o fio narrativo. Por exemplo, "Agora" pode indicar uma mudança de cena: *Now on the stairs/Agora na escada*. Mas cuidado com o uso excessivo, senão corre-se o risco de atrapalhar a narrativa principal.
- Oferecendo informações adicionais: É preciso conhecer previamente o conteúdo que será descrito para oferecer pistas visuais que uma pessoa com deficiência visual pode perder. Por exemplo: *"A knife is lying on a kitchen table and is used later as a murder weapon in a drama, it should be mentioned in a subtle way, because that is how the sighted viewer will see it"*.²²
- Sinalizando ou Antecipando Ação: Sempre que possível, a descrição deve espelhar a ação, porém, às vezes, é necessário fazer uma sinalização quando não há outro local adequado para inserir uma descrição. Vejamos o exemplo dado pelo guia: No Filme "Uma linda Mulher", em um dado momento da trama, o retorno de Vivian ao quarto deve ser descrito antes de realmente acontecer: *"Cautiously Vivien takes a croissant and walks barefoot into the balcony. When she comes back into the room she sits on the edge of the dining room table near to Edward"*.²³
 - Todavia, o ITC (2000) faz um alerta: *"Because there are so many forms of visual impairment, some people will notice occasional timing discrepancies. For the describer, it is a matter of deciding whether information is vital or not. Even if it is, there will be some people who may not like it!"*.²⁴

22 "Uma faca está sobre a mesa da cozinha e é usada, posteriormente, como arma do crime, deve-se mencionar, de forma sutil, porque é assim que o vidente verá" (tradução nossa).

23 "Cautelosamente, Vivian pega um croissant e caminha descalça até a varanda. Quando ela volta para a sala, senta-se na beira da mesa de jantar, perto de Edward" (tradução nossa).

24 Como existem tantas formas de deficiência visual, algumas pessoas notarão discrepâncias de tempo ocasionais. Para o audiodescritor, é uma questão de decidir se a

- Cuidado com o óbvio: Deve-se avaliar em que medida aquilo que está sendo descrito é redundante para a pessoa com deficiência visual. Tal como o item anterior, este apresenta controvérsias. Vejamos o exemplo: *"Her eyes widen, her head falls on the pillow, her eyes stay open'. [a rasping sound] 'She dies... Micky's nose starts bleeding"*.²⁵ Foi perguntado a um grupo de pessoas com deficiência visual se era necessário dizer que ela morria, segundo o guia: *"Some said it was unnecessary, but others thought that it added to the drama of the moment. There will always be opposing views!"*.²⁶
- Destacando efeitos sonoros: Normalmente, um efeito de som, ou o evento que levou a ele, é descrito um pouco antes de acontecer: *"The burglar drops his sack. [thud]"*...²⁷ Porém, às vezes, pode ser ainda mais eficaz após a ação: *"Waving their arms they run towards the platform.. [Chuff chuff... the sound of a train pulling away]"*.²⁸
- Uso de Nomes próprios e pronomes: É importante nomear quem fazendo o quê para não haver confusões de personagens.
- Descrições adjetivas: O uso de adjetivos descritivos é muito importante na audiodescrição. Escolher bem as palavras para caracterizar algo ou alguma coisa pode melhorar consideravelmente uma cena.
- Uso de advérbios: O uso mais eficaz de advérbios é no apoio à descrição de uma ação, todavia devem ser usados com parcimônia.
- Cores/Origens étnicas: Devido ao didatismo do tópico, apresentamos na íntegra a posição do ITC (2000, p. 21):
 - The percentage of people who have never had any useful sight is quite small. Most visually impaired people have at some time seen colours and either retained the visual memory of colour or can remember the significance and impact of a particular colour. For the majority of people, colours are an important part of the description. People who are blind from birth or from an early age cannot 'see'

informação é vital ou não. Mesmo que seja, algumas pessoas podem não gostar! (tradução nossa).

- 25 "Seus olhos se arregalam, sua cabeça cai no travesseiro, seus olhos permanecem abertos. [um som áspero] Ela morre ... o nariz de Micky começa a sangrar" (tradução nossa).
- 26 "Alguns disseram que era desnecessário, mas outros pensaram que aumentava o drama do momento. Sempre haverá pontos de vista opostos!" (tradução nossa).
- 27 "O ladrão deixa cair o saco. [baque]..." (tradução nossa).
- 28 "Acenando com os braços, eles correm em direção à plataforma ..." [Chuff chuff ... o som de um trem se afastando]" (tradução nossa).

colours but they do understand the significance of a particular colour by its association.

- They may not 'see' green, but the colour of flower stalks, leaves and grass, which people can touch and smell does mean something. Green is fresh, the colour of renewal and nature in spring. Red is the colour of fire and heat, exuberant and overt, blue is more reserved, yellow is the colour of the sun and ripe corn, etc. A person wearing black may be being dramatic, mysterious or sad, depending on the situation. If the grass is brown, it may have been deprived of rain. And so on. Colours have meaning and should be described.
- If there is time to describe the physical features of a person, the colour of hair and skin should be mentioned, along with other physical features. If the colour or ethnic type of a person is central to a storyline, it should be mentioned. If it is incidental, it can be mentioned at an early stage, but if repeated too often, viewers might be misled into thinking that the racial type is more significant, than it actually is.²⁹

A título de exemplificação, abaixo apresentamos alguns exemplos de audiodescrição, advindos da educação superior.

29 "A porcentagem de pessoas que nunca tiveram uma visão útil é muito pequena. A maioria das pessoas com deficiência visual em algum momento viram cores e mantiveram o visual da cor na memória ou pode se lembrar do significado e do impacto de uma cor em particular. Para a maioria das pessoas, as cores são uma parte importante da descrição. Pessoas que são cegas congênitas ou desde tenra idade não podem 'ver'; as cores, mas compreendem o significado de uma cor particular por sua associação.

Eles podem não 'ver' o verde, mas a cor dos caules das flores, folhas e grama, que as pessoas podem tocar e cheirar, significa alguma coisa. Verde é fresco, a cor da renovação e da natureza na primavera. Vermelho é a cor de fogo e calor, exuberante e evidente, o azul é mais reservado, o amarelo é a cor do sol e milho maduro etc. Uma pessoa vestindo preto pode ser dramática, misteriosa ou triste, dependendo da situação. Se a grama é marrom, pode ter sido privado de chuva. E assim por diante. As cores têm significado e devem ser descritas.

Se houver tempo para descrever as características físicas de uma pessoa, a cor do cabelo e da pele, assim deve ser feito, junto com outras características físicas. Se a cor ou tipo étnico de uma pessoa é central para um enredo, deve ser descrito. Se for acidental, pode ser mencionado em um estágio inicial, mas se repetido com muita frequência, os espectadores podem ser induzidos a pensar que o tipo racial é mais significativo, do que realmente é" (tradução nossa).

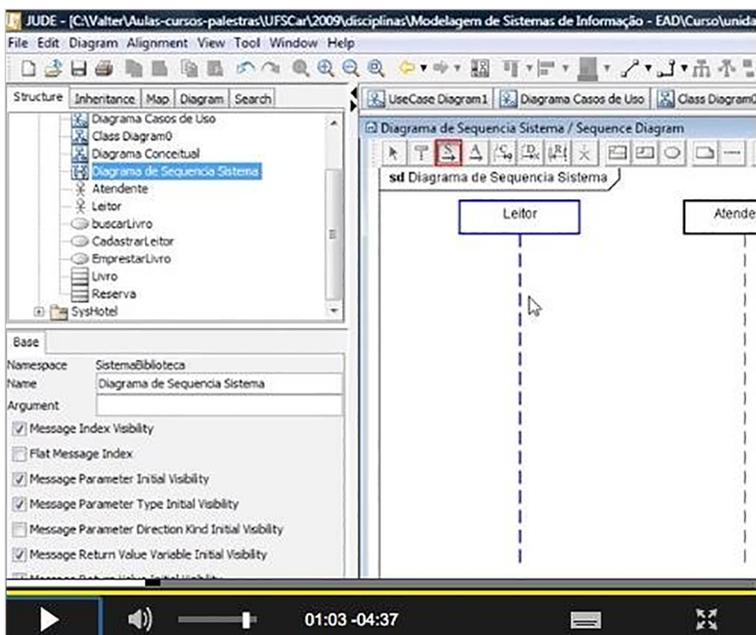


Figura 6. Captura de tela audiodescrita.³⁰

(00:21) – “estamos vendo um diagrama aqui bastante simples”

O diagrama possui dois atores, que são Leitor e Atendente, e três casos de uso, que são EmprestarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, BuscarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, e CadastrarLeitor, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas. Os dois atores estão ligados com o caso de uso EmprestarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, por meio de um relacionamento unidirecional no sentido ator para caso de uso. No relacionamento entre o ator Leitor, com éli maiúsculo, e o caso de uso EmprestarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, existem uma mensagem com a palavra dados e uma seta que indica a navegabilidade no sentido Leitor, com éli maiúsculo, para EmprestarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas. O caso de uso EmprestarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, possui um relacionamento de dependência com

³⁰ Para adaptação desses materiais, primeiro é feito um roteiro com as devidas marcações nos momentos em que é necessário haver audiodescrição. Em seguida, o audiodescritor descreve o que está sendo tratado naquele momento. Com o roteiro finalizado, um narrador fará a leitura, que por sua vez será gravada. Por fim, o vídeo é editado com essas gravações nos pontos de minutagem. Vejamos um modelo de roteiro de videoaula, com a captura de tela do respectivo vídeo:

os casos de uso BuscarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, e CadastrarLeitor, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas. No relacionamento entre EmprestarLivro e BuscarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, existe o estereótipo <<includes>> [sinal de menor que, outro sinal de menor que, includes, sinal de maior que, outro sinal de maior que], e a seta está no sentido EmprestarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, para BuscarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas. No relacionamento entre EmprestarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, e CadastrarLeitor, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, existe o estereótipo <<extends>> [sinal de menor que, outro sinal de menor que, extends, sinal de maior que, outro sinal de maior que], e a seta está no sentido CadastrarLeitor, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, para EmprestarLivro, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas.

(01:02) – “clicar aqui em cima”

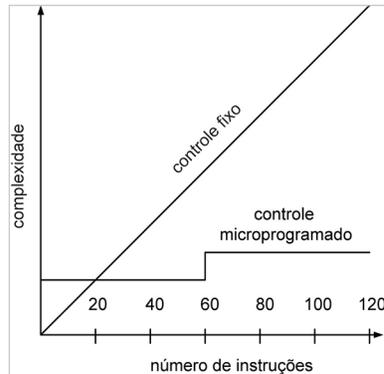
O professor clica no pacote SistemaBiblioteca, tudo junto, com as letras iniciais maiúsculas, com o botão direito, vai na opção Create Diagram [criar diagrama] e, logo ao lado, seleciona a opção Add Class Diagram [adicionar diagrama de classe].

(04:17) – “lifetime”

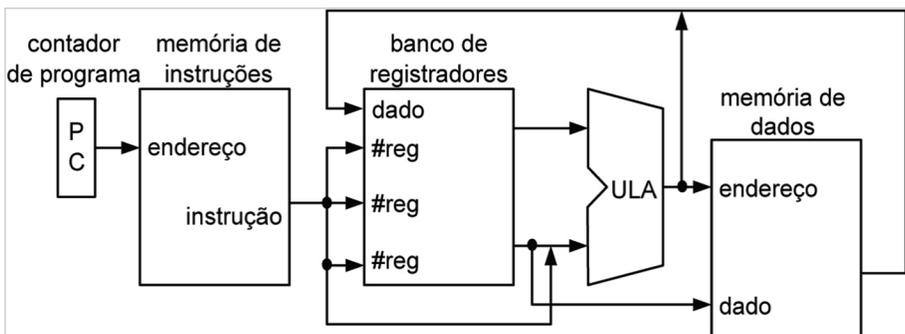
O professor fala life time, mas, na verdade a palavra correta é lifeline [linha de vida].

(04:58) – “do meu sistema”

A sequência em que os lifelines [linhas de vida] estão inseridos é Leitor, com L maiúsculo, ao lado de Atendente, com A maiúsculo, e em seguida Fachada, com F maiúsculo.

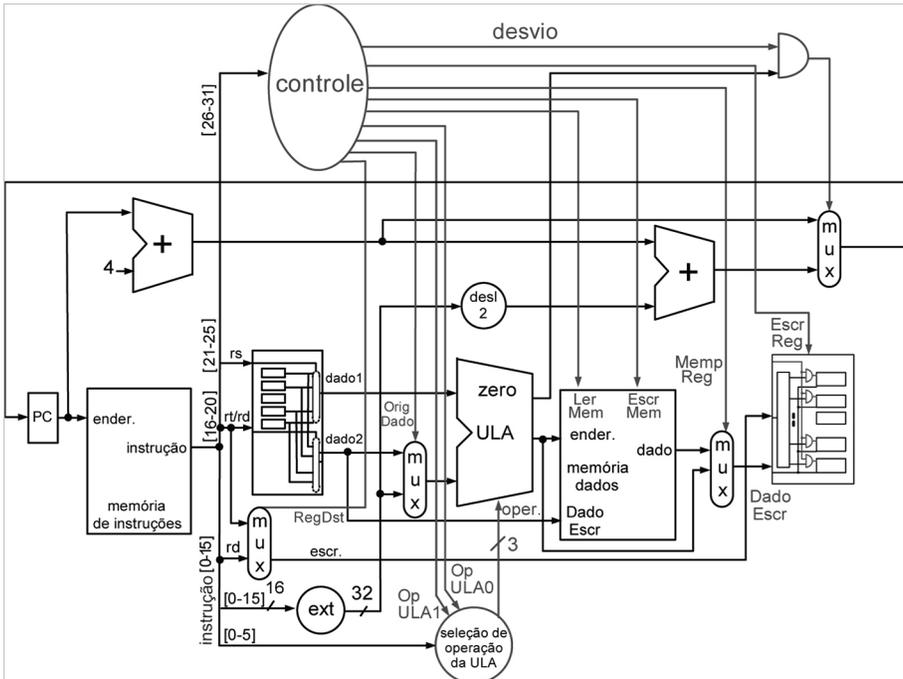


O **gráfico** tem o número de instruções no eixo x e a complexidade no eixo y. Existe uma reta chamada controle fixo que mostra a relação $y=x$ em cada ponto do gráfico. Ou seja, a complexidade cresce de forma linear em função do número de instruções. Existe uma reta chamada controle microprogramado que se mantém constante de 0 até 60 e que varia de aproximadamente 5 para cima a partir de 60 e se mantém com esse valor a partir deste ponto.



A **figura** consiste de retângulos e uma ULA que representam um fluxo de dados simplificado. Da esquerda para a direita tem-se: um retângulo pequeno denominado contador de programa com a sigla "PC" dentro de si. Uma seta aponta deste para um retângulo maior denominado memória de instruções. Dentro deste aparecem as palavras "endereço" e "instrução". Uma seta aponta deste para um próximo retângulo chamado banco de registradores. Esta seta é ligada três vezes ao mesmo banco de registradores, uma vez em cada uma das três entradas denominadas #reg. O banco de registradores tem duas saídas ligadas à uma ULA à sua esquerda. A saída da memória de instruções é ainda ligada a uma dessas saídas. Essa mesma saída é ligada à

entrada dado do último retângulo que representa a memória de dados. A ULA tem uma saída ligada à entrada dado do banco de registradores e também ao endereço da memória de dados. Uma saída da memória de dados é ligada à entrada dado do banco de registradores.



A figura é uma representação completa da **organização** do MIPS monociclo. Ela consiste em dois somadores que chamaremos *s1* e *s2*. Dois retângulos *r1* e *r2*. Um circuito de leitura de registradores. Um circuito de escrita de registradores. Três círculos chamados *ext*, seleção de operação da ULA e *desl 2*. Um elipse chamada *controle*. Uma ULA. Uma porta *and*. Quatro mux chamados *m1*, *m2*, *m3* e *m4*. Um retângulo pequeno chamado *PC*. *PC* é ligado à entrada *ender.* de *r1* e é alimentado pela saída de *m4*. *r1* é chamado memória de instruções. Sua saída *instrução* alimenta a entrada do circuito de leitura de registradores em dois pontos chamados *rs* e *rt/rd*, o elipse *controle*, *m1* em dois pontos chamados *rt/rd* e *rd*, *ext* e seleção de operação da ULA. A saída *dado1* do circuito de leitura é ligada à *ula* e a saída *dado2* é ligada à *m2* e à entrada *DadoEscr* de *r2*. A saída de *m2* é ligada à ULA e sua entrada *OrigDado* é alimentada pela elipse *Desvio*. *ext* é ligado à *desl 2* que é ligado

à s2. s2 alimenta m3 assim como s1. s1 alimenta s2 também. A saída de PC é ligada à entrada superior de s1. Existe uma seta associada com o valor 4 que aponta para a entrada inferior de s1. Uma saída da ULA é ligada à entrada ender. de r2. A saída zero da ULA é ligada à porta AND. A entrada inferior da ULA chamada oper. é alimentada pela saída de seleção de operação de ULA. Existem duas saídas de controle chamadas OpULA1 e OpULA0 ligadas à seleção de operação de ULA. Existe uma saída de controle ligada à porta AND. Uma saída de controle é ligada à entrada EscrReg do circuito de escrita de registradores. Uma saída de controle é ligada à entrada EscrMem de r2. Uma saída de controle é ligada a m2. A saída da porta AND é ligada à entrada superior de m4. A saída dado de r2 é ligada a m3. A saída de m3 é ligada ao circuito de escrita de registradores.



A figura é composta por três imagens. Na horizontal, da esquerda para a direita, temos, primeiro, um retângulo que indica a fonte da citação: revista Fortune, 12 de janeiro de 2004. na mesma sequência horizontal, temos uma ilustração em que um computador aguarda de braços cruzados o semáforo mudar de cor. Por fim, ainda na mesma sequência horizontal, temos um retângulo que indica o autor da citação: Peter Drucker.

Considerações finais

Essas três questões essenciais - pessoa, gênero textual e diretrizes - para se produzir audiodescrições de imagens estáticas e conteúdo audiovisual devem estar somadas a máxima de que "deve-se afastar qualquer forma de sistematização do fazer audiodescrição, porque a cada contexto reclama-se novos contornos, vozes diversas, determinados acionamentos de linguagem em detrimento de outros" (BENGTSON, 2022, p. 226).

Ao escolher esse caminho, estamos na mesma trilha de Wittgenstein (1999, p. 35), para quem há "inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de signo, palavras, frases. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre".

É por essa razão que a audiodescrição não deve ser encarada como um processo de tradução intersemiótica, nos moldes estruturalistas - uma coisa no lugar da outra (ECO, 2014), mas como um processo de reflexão e refração. Isso significa que a audiodescrição reflete a imagem, mas também refrata, lhe dá novos contornos, novas significâncias (VOLÓCHINOV, 2018).

Referências

- AMIRALIAN, M. L. T. M. O psicólogo e as pessoas com deficiência visual. In. MASINI, E.A.F.S. *Do Sentido, pelos sentidos, para o sentido: sentidos das pessoas com deficiência sensorial*. Niterói: Intertexto. São Paulo: Vetor, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 16452: Acessibilidade na comunicação: Audiodescrição*. Rio de Janeiro, 2016.
- BARQUEIRO, R. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- BARQUEIRO, A. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- BENECKE, B. Audio-Description. *Meta*, 49 (1), 78–80, 2004.
- BENECKE, B. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- BENGTSON, C. G. *Audiodescrição especializada no ensino superior: o caso do bacharelado em sistemas de informação*. 2022. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 2022.
- BRASIL. *Lei nº 13.146*, de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 21 nov. 2020.
- _____. Ministério da Educação. *Nota Técnica. nº 21* de dezembro de 2012. MEC/SECADI.
- _____. *Decreto. nº 6.571*, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-norma-pe.html>. Acesso em: 22 de jul. 2021.
- _____. *Decreto nº 5.800*, de 8 de junho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 22 de jul. 2021.
- _____. *Decreto nº 5.296*, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm#art4iii. Acesso em: 21 de jul. de 2021.
- _____. *Lei nº 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 21 nov. 2020.
- _____. *Decreto nº 3.298*, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 21 de jul. de 2021.
- _____. *Lei nº 7.853*, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 21 de jul. de 2021.
- _____. *[Constituição (1988)]*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].
- BRAUN, S. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- CASADO, A. B. La Audiodescripción: apuntes sobre el estado de la cuestión y las perspectivas de investigación. *TRADTerm*, 13, 2007, p. 151-169.
- CATTANEO, Z.; VECCHI, T. *Blind vision: the neuroscience of visual impairment*. EUA: Massachusetts Institute of Technology, 2011.
- CÍCERO, M. T. *Da república*. São Paulo: Edipro, 2021.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 12/02/2018.
- ECO, U. *Tratado geral de semiótica*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi e Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- FRANCO, E. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.

- FRANCO, E. P. C. SILVA, M. C. C. C. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, L. M. V. ROMEU FILHO, P. (Orgs.) *Audiodescrição: transformando imagens em palavras*. 2010. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. São Paulo.
- GRESPO, A. G. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- ITC. *ITC Guidance On Standards for Audio Description*. 2000. Disponível em: http://audiodescription.co.uk/uploads/general/itcguide_sds_audio_desc_word3.pdf. Acesso em: dez de 2020.
- LIMA, F. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- MACHADO, B. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- MOTTA, L. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- PAZ, O. *O labirinto da solidão*. Tradução de Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- POZZOBON, G.; POZZOBON, L. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- POZZOBON, L. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- SACKS, O. Ver e não ver. In: SACKS, O. *Um antropólogo em Marte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SANTANA, M. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- SANTANA, L. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- SANTIAGO, V. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- SCHWARTZ, L. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- SNYDER, J. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- UDO, J. P.; FELS, D. *Definição de Audiodescrição*. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: abril de 2021.
- VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.
- VYGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectología. In: VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas*. Madri: Visor, 1997.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.